V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO













O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Autor(res)

Gil César De Carvalho Lemos Morato Melilian Lis Soares De Quadros Leticia Afonso Dos Santos Ivone Alves De Sousa Santos Luciana Calado Pena Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O tráfico humano para exploração sexual é uma grave infração aos direitos humanos, especialmente no Brasil, onde afeta principalmente mulheres e crianças. Esse delito é impulsionado por desigualdades sociais, econômicas e a ausência de proteção institucional, criando um cenário favorável para que grupos criminosos aliciem e escravizam vítimas, tanto dentro quanto fora do país. A exploração sexual é uma forma cruel de violência, onde frequentemente as vítimas são atraídas por falsas promessas de trabalho e uma vida melhor, acabam sendo submetidas a abusos contínuos. Os traficantes manipulam essas vítimas, que geralmente estão em condições de fragilidade social e econômica. O tráfico para exploração sexual é extremamente rentável e segue se expandindo, sendo difícil de erradicar sem uma ação coordenada entre governos, organizações sociais e a comunidade em geral.

Objetivo

Este estudo tem o objetivo de analisar os mecanismos do tráfico sexual no Brasil, analisando o funcionamento das redes criminosas, suas estratégias de aliciamento e o impacto sobre as vítimas. São discutidas as falhas na legislação vigente e os desafios enfrentados pelos órgãos responsáveis pela repressão e prevenção do crime.

Material e Métodos

Este estudo foi elaborado com o uso de uma abordagem integrada, contemplando tanto métodos quantitativos quanto qualitativos, com o objetivo de assegurar uma análise minuciosa e diversificada sobre a temática em questão. A metodologia empregada baseou-se na coleta de dados divulgados a legislação nacional e internacional sobre o tema, com ênfase na importância da Lei nº 13.344/2016, que estabelece medidas de prevenção e repressão ao tráfico humano, além de garantir maior proteção às vítimas. No entanto, a efetividade da legislação ainda é limitada por obstáculos como a baixa taxa de denúncias, dificuldades na identificação das vítimas e a necessidade de maior integração entre os sistemas de segurança pública e assistência social. A escolha por esse conjunto metodológico possibilitou a construção de uma visão abrangente, crítica e embasada sobre o tema,

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO













garantindo a riqueza e profundidade das conclusões apresentadas.

Resultados e Discussão

Resultados apontam que o tráfico de pessoas para exploração sexual continua sendo um fenômeno de grande impacto social, impulsionado por vulnerabilidades econômicas e sociais. As redes criminosas se aproveitam da falta de fiscalização em fronteiras e da corrupção institucional para expandir suas operações, explorando vítimas que, na maioria dos casos, possuem baixo grau de instrução e escassas oportunidades de emprego.

A legislação brasileira, apesar de avanços significativos com a Lei nº 13.344/2016, ainda apresenta lacunas na aplicação efetiva no que diz respeito à assistência às vítimas e ao combate à impunidade dos criminosos. A baixa taxa de notificação das vítimas representa um desafio, pois muitas delas temem represálias.

O estudo também destaca a importância da cooperação internacional no enfrentamento do tráfico de pessoas. A fiscalização de rotas migratórias e o fortalecimento de programas de prevenção são medidas essenciais para a redução desse crime.

Conclusão

Dessa forma, o estudo busca contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e das estratégias de enfrentamento ao tráfico humano, destacando a urgência de medidas mais eficazes para erradicar essa prática. O fortalecimento da cooperação internacional, a capacitação de agentes públicos e a ampliação de programas de assistência às vítimas são aspectos fundamentais para o combate ao crime e para a promoção dos direitos humanos.

Referências

Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11417/1/dados_trafico_cap_3.pdf

Disponível em:

https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/63580/trfico-de-pessoas-para-fins-de-explorao-sexual

Disponível em:

https://revistaft.com.br/trafico-humano-para-fins-de-exploracao-sexual-no-brasil

Disponível em:

